



ÁFRICA PRÓXIMA E SEPARADA DE NÓS: UMA REFLEXÃO SOBRE A DOCÊNCIA NA ROÇA E AS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS

Antonio José de Souza¹; Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios²

¹ *Mestrando em Educação e Diversidade (Universidade do Estado da Bahia). Coordenador Pedagógico da Educação do Campo em Classes Multisseriadas. Integrante do Grupo de Pesquisa DIVERSO - Docência, Narrativas e Diversidades e do Grupo de Pesquisa DIFEBA - Diversidade, Formação, Educação Básica e Discursos. E-mail: tonnysouza@gmail.com*

² *Pós-Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Educação - Campus I. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade e Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade. E-mail: jhanrios1@yahoo.com.br*

Introdução

O Brasil, segundo censo do IBGE de 2002, tem a maior população negra fora do continente africano, procedente de uma ruptura populacional imposta, ou seja, somos um agrupamento humano, organizado em sociedade mantido e sustentado pela África. Ainda assim, as culturas africanas permanecem desconhecidas para grande parte dos brasileiros e, talvez por isso, estejam colocados, negros e negras, numa posição desigual diante aos demais grupos étnico-raciais partícipes da identidade e cultura brasileira. É também obscurecido o estudo de que antes mesmo da chegada dos negros escravizados ao Brasil, o continente africano manteve com a Europa um longo acordo. Foram séculos “de amizades e hostilidades várias, o bom e o mau, lucros e perdas [...], numa tessitura cada vez mais apertada” (DAVIDSON, 1981, p. 3). O continente africano foi integrado ao sistema internacional de comércio e colonização desde o século XV, através de contatos comerciais que faziam crescer vertiginosamente os interesses capitalistas europeus.

Para tanto, era necessário que sucedessem manobras desonestas e atrozidades com o objetivo de desviar os sentidos dos registros históricos que narravam uma África fidedigna, por esse motivo, mitos e preconceitos, retiraram das sociedades africanas o direito de terem uma historiografia notável. Assim, descrições agradáveis e apaziguadoras sobre a África passaram a ficar nebulosas, afinal de contas só com a divulgação de cenários horrendos, pestes violentas e uma população capaz de barbáries, poder-se-ia defender a expedição civilizadora protagonizada pelos colonizadores ocidentais. Isto implicou no desenvolvimento espantoso da alva e astuciosa Europa que, com propósitos imperialistas, expandiu os seus tentáculos para outras terras, despontando para a História Oficial como sendo o ‘Berço da Humanidade’, em detrimento de uma África preta, empobrecida e degradada. Portanto, a “Europa acreditava ser um povo superior desde o nascimento: pessoas da raça branca” (COTRIM, 1999, p. 46), irrompendo para o mundo numa perspectiva eurocêntrica, isto



é, uma concepção que entroniza os interesses e a cultura europeia como sendo as mais respeitáveis e avançadas, colocando-se num patamar proeminente às demais e, por isso, com direito de conquistar o resto do mundo. Assim, chegava ao fim o intercâmbio euro-africano, pois, definitivamente, na ótica eurocêntrica o negro (homem e mulher) tinha o status de ‘gado humano’, despido das vestes dignas da humanidade.

À vista disso, vários segmentos institucionalizados da sociedade brasileira (tais como igrejas, Universidades, escolas, cenário político e midiático) influenciaram a representação e posicionamento vexatório do negro na estrutura social, afinal a partir desse lugar de poder e controle, foi possível, numa articulação de vozes e silenciamentos, construir a imagem do negro como um ser humano inferior e ‘coisificado’ por meio de uma engrenagem sistêmica, elaborada para negligenciar os conhecimentos que são transmitidos desde o nosso nascedouro, no tocante aos acervos culturais, educacionais, religiosos, dentre outras questões que envolvem os povos negros. Lamentavelmente, ainda predomina a insistência em manter o negro despojado de sua humanidade, assim como foi feito quando o Atlântico serviu de travessia para as importações contrabandeadas de africanos que forçosamente foram obrigados a participarem da corrente migratória, intitulada pela história por ‘diáspora’, que vem a ser o deslocamento descontínuo, responsável pela instabilidade populacional e o rompimento com a população-mãe-África. Assim, aportaram no Brasil, na condição de escravos, a fim de trabalharem no desenvolvimento da colônia, imersos num processo de intensa e verdadeira dominação.

Este cenário hostil é reforçado pelas influências advindas das correntes de pensamento racistas do século XIX, como o Darwinismo Social¹, o Racismo Científico, a Antropometria² e as Teorias Evolucionistas que influenciaram no Brasil as reproduções simbólicas pejorativas atribuídas à figura do negro, como o mito da “vadiagem”, da “preguiça” e o mito da “mulata sensual” que estiveram arraigadas à estrutura social brasileira daquela época, a tal ponto de penetrar as estruturas contemporâneas que permanecem categorizando o negro como uma raça inferior; portanto, legado deixado pela experiência da diáspora, causadora da desarticulação dos modelos identitários e culturais dos povos negros africanos no Brasil colonial.

Sendo assim, o negro é transfigurado num espectro, visto que nas representações sociais existem elementos determinantes para a classificação no regime de castas que, para tal, considera o

¹ De acordo com Silva e Santos (2012, p. 1): “Os pressupostos do Darwinismo Social são extremamente cruéis mesmo para o contexto histórico aos quais seus defensores estavam inseridos, primeiro apostavam na ideia de Tipos Perfeitos (indivíduos que não eram miscigenados), segundo consideravam a mestiçagem como uma praga para a sociedade “civilizada” que precisava ser evitada e eliminada”.

² De forma geral, a Antropometria é o conjunto de técnicas utilizadas para medir as partes do corpo humano.



desembarque pretérito dos africanos, desenvolvendo um imaginário de degenerações culturais, sociais e também biológicas, por isso a participação na formação do povo brasileiro com a cor da pele, crenças, costumes e a mestiçagem com as populações brancas e indígenas, significava, para as já mencionadas doutrinas raciais da segunda metade século XIX, uma descendência corrompida. Com efeito, o afastamento da eminente ameaça viria pelo branqueamento³ da sociedade brasileira, por meio da eliminação gradativa do sangue “subalterno”, resolvendo sumariamente a questão da formação identitária nacional, considerada incômoda por conta da pluralidade racial.

Por outro lado, no percurso histórico brasileiro, homens e mulheres negras estiveram resistindo política e culturalmente a toda forma de opressão e discriminação, de tal modo que ações no intuito de promover a igualdade de oportunidades entre os grupos étnicos constituem conquistas reais na atualidade. No entanto, o reconhecimento dessas genuínas retratações e eventos antirracistas não elimina a memorável atrocidade diante das bizarras ideologias raciais e discriminatórias que na hierarquia conjuntural atual, ainda desloca o sentido ancestral africano para a centralização do processo estigmatizante do negro, personificado como o ‘outro’ estranho, escravo, dominado e vítima permanente de miríades formas de exclusão.

Do âmago dessas reflexões, brota a convicção de que as mudanças oriundas da contemporaneidade têm, inevitavelmente, respingado nas velhas e retorcidas estruturas escolares, advertindo-a sobre o surgimento da diversidade cultural como fundamento estruturante da educação nacional, rompendo, conforme Macedo (2007, p. 26), com a despropositada “história de alijamentos e de silenciamentos de vozes advindas de segmentos socioculturais não hegemônicos [...]”. Neste ponto, evidencia-se a desigualdade racial, perpassando o arcabouço educacional brasileiro, gerando disparidades que, no contexto das escolas da roça⁴, são ainda mais patentes, tendo em vista os resíduos patriarcais e escravocratas de uma cultura dominante como as existentes no sertão baiano⁵. É verdade também, que foi destinada a essas escolas uma lastimável herança de precariedades no tocante a formação inicial e continuada dos docentes, na má distribuição geográfica das escolas, bem como, na ausência de uma prática contextualizada, desta forma partindo da realidade, das limitações e riquezas do contexto de vida das pessoas.

³ Processo que pressupõe a herança da raça branca como superior e capaz de sobrepor a herança das consideradas raças inferiores.

⁴ O termo roça é entendido aqui a partir da concepção de Rios (2011, p. 13), tomando como uma “‘ruralidade específica’ envolta, principalmente, na semiótica da terra”.

⁵ Evidentemente, essa perspectiva caótica não é exclusiva da educação rural, no entanto a situação se revela mais agravada, pois como alerta Silva (2003, p. 29): “além de não se considerar a realidade onde a escola está inserida, a mesma foi tratada sistematicamente, pelo poder público, com políticas compensatórias”.



Portanto, envolto nesses acontecimentos, este trabalho de pesquisa se desenvolve com professores da roça de classes multisseriadas do município de Itiúba/BA, pois o que se apresenta assinala as dificuldades intrínsecas do processo ensino-aprendizagem nas escolas rurais multisseriadas que, em larga escala, comprometem a qualidade da ação educativa desses espaços. Essas são perspectivas que nos mostram a carência de diretrizes voltadas para a educação no meio rural, visto que as escolas rurais são as que menos recebem atenção por parte das instâncias superiores, funcionando, em muitos casos, em condições precárias, sem possibilidade de promover uma educação de qualidade que vislumbre novos direcionamentos pedagógicos num contexto em “que a educação é realizada e vivenciada por pessoas com *etnométodos*⁶ construídos a partir dos seus universos culturais, como grupos de fato, que traduzem incessantemente as pautas da vida [...]” (MACEDO, 2007, p. 28). Coadunando com essa perspectiva, esta pesquisa procura i) Identificar como a identidade e a cultura afro-brasileira emergem nas histórias de vida, formação-profissão dos docentes da roça; ii) Compreender os sentidos construídos pelos docentes a partir da relação entre educação e questões étnico-raciais; iii) Construir o documento que orientará as ações e formação continuada para a educação das relações étnico-raciais em classes multisseriadas.

Metodologia

O referido trabalho desenvolve-se no terreno da educação, alicerçado na perspectiva da pesquisa qualitativa. Trata-se de uma pesquisa-formação atravessada pelos princípios da fenomenologia e da hermenêutica a fim de investigar, através das histórias de vida-formação, de que maneira a cultura afro-brasileira emerge das narrativas de professoras e professores de classes multisseriadas das escolas rurais no município de Itiúba-BA. Partindo desse pressuposto, a fenomenologia auxiliará na busca dos sentidos atribuídos à diversidade e educação para a relação étnico-racial, suscitando um posicionamento reflexivo diante do que se revela a partir da interação firmada com o ‘outro’, fazendo irromper desse vínculo o encoberto e contido.

Desse modo, a realização dessa pesquisa acontecerá através da abordagem (auto)biográfica e do uso das histórias de vida de professores/as da roça de classes multisseriadas. Nessa dinâmica o sujeito que escreve/narra se compreende como sujeito da experiência, por isso que essas narrativas possibilitam apreender o processo identitário, o conhecimento de si, tanto para

⁶ A etnometodologia reconhece que a realidade socialmente construída está presente nas experiências cotidianas de cada um e que a todo tempo podemos compreender as construções sociais que permeiam nossa conversa, nossos gestos, nossas relações. Desse modo, de acordo com Macedo (2013, p. 427 e 430) a “etnometodologia, para a qual as “ordens sociais” são estruturadas através dos etnométodos dos membros que instituem essas “ordens” [...] suas realizações, seus motivos, suas crenças, seus pontos de vista e justificativas. É aí que uma aproximação dos etnométodos curriculares dos atores sociais implicados no currículo”.



quem é autor da narrativa, quanto para quem ouve e quem analisará (o pesquisador) (FERREIRA, 2014).

Conclusão

Como se pôde ver, o percurso desse trabalho revelou a dívida que a educação básica brasileira vem acumulando em relação à população negra, visto que, durante muito tempo, determinou-se a aplicação de um currículo único, sob o pretexto de oferecer uma educação “igual” para todos, ignorando os estudantes afrodescendentes, ou indígenas, e se esses viviam em comunidades rurais ou em grandes centros urbanos. Com isso, as características singulares de cada grupo ficaram excluídas e ocultas durante décadas, resultando, entre outras coisas, na aversão do negro a sua etnia e ancestralidade. Revelando que, de modo geral, quando os negros (homem e mulher) chegam e permanecem nos bancos escolares, aprendem uma história brasileira forjada, onde os heróis, ou melhor, os principais personagens são marcadamente branco-europeus.

Como já se sabe, após a homologação da lei federal nº 10.639/2003, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana passou a ser obrigatoriamente inclusa no currículo escolar, oportunizando a construção de uma imagem positiva do povo negro a partir da história brasileira, superando a visão de passividade tão difundida, evidenciando as muitas formas de resistência negra ao longo dos séculos. No entanto, o repertório de muitos alunos/as acerca do continente africano continua sem receber contribuições expressivas da escola, pois ainda vigora o currículo que, erroneamente, apresenta uma África aprisionada a um passado adulterado por outros e ancorada a um presente marginalizado.

Assim sendo, como, por exemplo, uma criança negra se enxergará nesse quadro? Ela se reproduzirá no negro escravizado, marcado e espancado da senzala ou no branco nobre? É difícil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de utensílio, assim como é difícil perceber-se descendente daqueles que, por muitos séculos, têm sido marginalizados e massacrados. Torna-se importante tal adendo, pois, certamente, não é fácil estudar em uma escola que por incultura ou segregação consciente, ignora a descendência negra e se desinteressa pelo estudo da África, demonstrando descaso por sua história e persistindo na legitimação da relação tensa, devido às diferenças na cor da pele e traços fisionômicos que estão atrelados à raiz cultural plantada na ancestralidade africana.

À vista disso, a escola da roça que conhece numerosas formas de desigualdades por estar inserida em um contexto de antigo patriarcalismo, clientelismo, escravismo e por ter experimentado



da violência do sertão, baseada na lei do mais forte e na demonstração do poder evidenciado pela injustiça social e a exploração do trabalhador/trabalhadora, vítima da ambição dos coronéis sertanejos; é impelida a assumir outra proposta, visto que já não é possível caminhar na contramão da história, restringindo-se ao aspecto de uma educação mancomunada com os mecanismos de padronização e homogeneização. Por isso, percebe-se que quando se fala em escolas da roça é comum, retratá-las numa atmosfera de vastas carências; começando pelos recursos humanos, pela estrutura física, chegando ao pedagógico, portanto fatores que, decididamente, contribuem para o ensino de qualidade.

Evidentemente, as concepções acima apresentadas, com relação ao estudo da identidade e cultura afro-brasileira são suscetíveis a críticas. Nesse sentido, o objetivo maior é de estimular o debate para que se configure uma rede de discussões e reflexões de forma a enfraquecer ideologias homogeneizantes que pretendem solidificar o 'outro', ameaçando as diferentes identidades. Neste sentido, percebemos que o estudo iniciado já sinaliza a necessidade de uma política de formação para a diversidade, contemplando sobretudo a perspectiva da identidade e da cultura afro-brasileira que historicamente é marcada pelo silenciamento e pela negação nas escolas brasileiras. Considerando que o estudo se encontra em andamento, pretendemos ampliar as análises sobre a temática no cenário da educação, buscando subsídios para o estudo mais aprofundado acerca da referida temática.

Referências

- BRASIL. *Censo Demográfico 2010*. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (<http://censo2010.ibge.gov.br/>)
- COTRIM, G. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- DAVIDSON, B. *Mãe Negra: África: os anos de provação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1981.
- FERREIRA, L. G. *Professores da Zona Rural: formação, identidade, saberes e práticas*. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- MACEDO, R. S. *Atos de currículos: uma incessante atividade etnometódica e fonte de análise de práticas curriculares*. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 3, p. 427-435, set./dez. 2013.
- MACEDO, R. S. *Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercultural*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- RIOS, J. A. V. P. *Ser e não ser da roça, eis a questão! Identidades e discursos na escola*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- SILVA, T. D. da; SANTOS, M. R. dos. *A abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na Primeira República brasileira*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012.
- SILVA, M. do S. Diretrizes Operacionais para Escolas do Campo: rompendo o silêncio das políticas educacionais. In: BAPTISTA, F. M. C.; BAPTISTA, N. de Q. (Org.). *Educação rural: sustentabilidade do campo*. Feira de Santana, Ba: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2003.